



A afirmação da historiografia nacional

A historiografia brasileira está impregnada por narrativas que discursam sobre a nação, a pátria, a sociedade, o Estado brasileiro. Esta afirmação, longe de ser tautológica, designa o lugar que o recorte temático “nacional” assumiu entre os historiadores brasileiros. Os grandes textos, os clássicos da historiografia, aqueles que tomaram lugar no panteão consagrado pelo pensamento político e social, lidos como referências obrigatórias nas nossas universidades, escritos pelos que se tornaram nossos mestres historiadores, remetem-nos, inequivocamente, à uma História do Brasil.

Essas referências nos levam de volta ao século XIX, momento de constituição do Estado brasileiro. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o atual Arquivo Nacional, ambos criados em 1838, encabeçaram, à época, o conjunto de forças institucionais no campo de produção de uma historiografia nacional. Os dois, em um esforço sistemático de recolhimento e catalogação de fontes documentais e de elaboração de narrativas sobre o Império, produziram memórias fundadoras da nacionalidade. Foram edificados sob os auspícios de um governo monárquico que, orientado pelo princípio da centralização e pelo temor da fragmentação territorial – vista como um dos males da América hispânica -, tornou-se um dos principais agentes interessados em apagar e soterrar memórias e referências de pertencimento marcadas por localismos e regionalismos.³ Nessa perspectiva surge a *História Geral do Brasil*, de Francisco Varnhagen, em 1854, e as suas “traduções escolares”, em especial aquelas escritas pelo romancista Joaquim Manuel de Macedo, em 1861 e 1863.⁴

No século XX, os esforços em tornar “brasileiros” todos os que viviam em “terras do Brasil” mobilizou tanto intelectuais como dirigentes estatais. A pesquisa empreendida pelos modernistas dos anos 20 em diante, visava aflorar os traços da nacionalidade brasileira escondidas sob os ideais cosmopolitas predominantes nas elites intelectuais do início do século. Nas palavras de Gilberto Freire, em 1926, precisavam sentir o “grande Brasil” que crescia em oposição aos que teimavam ver as coisas “através do pince-nez de bacharéis afrancesados”.⁵

A nacionalização da escola, a partir da obrigatoriedade do ensino na língua portuguesa e a sedimentação de conhecimentos de História e Geografia do Brasil; as grandiosas comemorações de festas cívicas nacionais, como o Dia da Bandeira, Dia da Raça, Dia do Trabalho; e a criação de agências nacionais de fomento às artes nacionais foram algumas das políticas culturais do Estado Novo (1937-1945). Este foi o único período da República brasileira a impor constitucionalmente o unitarismo político, negando autonomia política-orçamentária-legislativa das localidades estaduais e municipais.

A democratização após a II Guerra Mundial levou à tematização nos meios políticos e intelectuais do caráter “subdesenvolvido” da economia e da sociedade brasileira. Os anos 50 ensejaram projetos nacional-desenvolvimentistas, que articulavam os meios para romper com o que se considerava o atraso econômico e cultural da nação. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955 e sediado no Rio de Janeiro, reuniu parcela da intelectualidade que, imbuída de convicções acerca da urgência das transformações, *pari passu* ao Plano de Metas JK (“Cinquenta anos em cinco” – 1956-60), divulgava através de cursos, palestras e textos impressos a “significação do nacionalismo”⁶.

Durante os governos autoritário-militares (1964-1985), os dirigentes impulsionaram políticas de integração nacional de largo espectro, desde a construção de estradas “integradoras” de várias regiões até a criação de um aparato tecnológico que desse conta da nacionalização dos meios de comunicação, isto é, da difusão de valores e bens simbólicos. A Rede Globo de Televisão, que veio a se tornar, da década de 70 aos dias atuais, a principal rede de televisão do país, em caráter quase monopolista, cresceu na esteira dessas transformações, construindo, a partir do Rio de Janeiro, uma imagem de um Brasil moderno, urbano e nacional.⁷

Sintonizada com as transformações mundiais do ofício do historiador – desde a constituição de novos objetos e métodos, passando pela ampliação dos domínios e territórios da historiografia até a discussão dos estatutos e das fronteiras da disciplina –, a moderna historiografia brasileira, posterior à implantação da Pós-graduação nos anos 70, reiterou fortemente o foco na Nação e/ou no Estado nacional.⁸ Algumas vezes, entretanto, ao anunciar a tematização do nacional, algumas obras focalizavam especificamente algumas regiões, tomando a parte pelo todo, isto é, supostamente a região que foi objeto de estudo deveria ser paradigmáticas das experiências ocorridas em todo o Brasil. Lembro, apenas como exemplo, estudos sobre industrialização, movimento sindical e movimentos abolicionistas,



onde os historiadores assumiam que os processos ocorridos ora na cidade de São Paulo, ora na do Rio de Janeiro, seriam exemplares, constituindo-se não em uma determinada experiência, mas na História do Brasil.

A tradição da história local

Os estudos sobre regiões ou localidades específicas também remontam ao século XIX. A dimensão continental brasileira suscitou, em contrapartida, nos últimos duzentos anos, estudos sobre experiências locais, quer sejam sobre o espaço do município, quer sejam sobre os estados da federação (ou as províncias do Império), quer sejam sobre as regiões (o “nordeste”, o “sul” etc.), no seu recorte geográfico, econômico, ou propriamente como uma construção historiográfica. Ainda está para ser inventariado esse leque de estudos, de forma a podermos ter a dimensão do que, quando e como foi produzido.

Ainda que correndo o risco de generalização indevida, mas baseando-me na análise da historiografia sobre a região de São Gonçalo⁹, consigo perceber duas tendências nos estudos históricos sobre espaços locais¹⁰. A primeira é a submissão dos ritmos e temas da localidade à História do Brasil. A forma de organização mais recorrente de periodização divide a História em Colônia, Império e República; os “ciclos econômicos” que determinam a produção local seguem seqüencialmente os padrões da “História da Pátria”: pau-brasil na ocupação, açúcar na colonização e café no Império, indústria na República; os temas seguem os padrões da historiografia nacional da sua época. Na falta de informações relevantes sobre a região estudada, isto é, na falta de fontes documentais que permitam a reconstrução de experiências passadas, buscou-se suprir estes “silêncios” a partir de contextos maiores: a História do Brasil. Desvia-se o problema através de comparações hipotéticas do que tenha acontecido no local, com fatos generalizadores da História do Brasil. Ou seja, a experiência do passado local transforma-se em exemplos esparsos em meio à uma narrativa já consolidada pela historiografia nacional.

A segunda tendência é a colocação em evidência do local, como se ali fossem experimentados processos ou ocorrido acontecimentos de mais alta relevância. No caso de São Gonçalo, o teor ufanista de alguns textos tornam algumas passagens inusitadas. Em certo texto de 1940, por exemplo, o autor afirma que “a primeira muda de café trazida para a região fluminense foi plantada em São Gonçalo e de São Gonçalo, o café se espalhou para todo o interior do Estado do Rio de Janeiro”¹¹; trata-se de um artifício do autor para valorizar o município, tornando-o o centro das atenções do Império do Brasil. É comum afirmar-se a condição de principal centro industrial da região do Rio de Janeiro – a “Manchester Fluminense” -; ou ainda, evento mais simplório, mas relevante na criação da auto estima local, o fato da primeira corrida de automóveis do Brasil ter ocorrido lá, em 1902. De certa forma, esta é uma outra face da mesma moeda do superdimensionamento do enfoque nacional. Releva-se as contribuições do local para a dimensão da identidade nacional.

Por uma outra história local

1. Os processos de identificação:

As narrativas historiográficas que vimos até aqui configurando têm como suposto uma forte lealdade e sentimento de pertencimento da sociedade e dos indivíduos aí inseridos à entidade nacional. A idéia básica é que todos somos, em primeiro lugar, brasileiros. Como afirma Gellner, “um homem deve ter uma nacionalidade, assim como deve ter um nariz e duas orelhas”¹². A nação foi, durante os últimos duzentos anos, um elemento central em nossos sistemas de representação cultural. A idéia de ser brasileiro esteve arraigado (e ainda está) nas nossas percepções do mundo, acima de outros sistemas de representação cultural como, por exemplo, a religião, a cor ou o gênero. Nesses termos, a nação forja uma estrutura na qual os indivíduos sentem-se identificados, “costurados”. As identidades nacionais estabilizam “tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis”.¹³

Como já argumentaram, uma cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. Esses sentidos são construídos, em grande parte, pelas imagens e símbolos que são socializados, através de inúmeros mecanismos de produção e difusão, estatais ou não, através das mais variadas memórias e histórias; enfim, discursos, sobre o ser brasileiro, sua história, seus gostos, seus comportamentos. Nesse sentido, a identidade nacional é uma “comunidade imaginada”, simbólica.¹⁴

Em seu texto “O que é uma nação?”, de fins do século XIX, o “francês” Ernest Renan afirma três elementos que fundamentam uma “comunidade imaginada” ou, para ele, uma cultura nacional: “as memórias do passado; o desejo por viver em conjunto; a perpetuação da herança”.¹⁵ Ora, esses três elementos são constitutivos da formação de identidade de quaisquer grupos, sejam eles vinculados a uma comunidade nacional, religiosa, étnica ou a comunidade territorial local.

Nos tempos em que vivemos, os processos de criação de pertencimento transbordam as margens do sujeito moderno, “previamente vivido como tendo uma identidade [nacional] unificada e estável”. Os nossos processos de identificação tendem a ser mais provisórios, variáveis e problemáticos, sejam eles relacionados a gêneros, etnias, cor, religião, vínculos profissionais. As identidades são múltiplas e de definição instável: “A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.”¹⁶

Nesses termos entendemos que o exercício da história local vincula-se a processos de identificação, relacionados a um determinado sistema cultural que enfatiza as relações de vizinhança, contiguidade territorial, proximidade espacial.¹⁷ Essa ética de pertencimento é mais um elemento constitutivo desse sujeito fragmentado, múltiplo e instável. Os elementos citados por Renan, valem também para a identidade local: o exercício da memória, o desejo da convivência e a perpetuação de símbolos e imagens. A história local não deve ser projetada como um valor superior para a admiração e valorização da pequena pátria – no estilo “eu me ufano da minha terra” –, mas como a “costura” de um retalho dos processos de identificação do sujeito.

2. Como se deve escrever histórias locais:

Refletir sobre história local, no momento atual das produções e discussões historiográficas, nos remete necessariamente a uma interseção com a micro-história¹⁸. Os historiadores que se filiam a essa prática historiográfica pretendem construir narrativas que tem buscado uma “descrição mais realista do comportamento humano”. Por um estilo realista compreendem tanto um recorte que privilegia as histórias particulares de indivíduos, vilarejos e grupos específicos, como uma abordagem que compreende a “ação social como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões individuais”¹⁹

Em outras palavras, Roger Chartier define as tendências recentes da historiografia como a busca para reconhecer a maneira como os atores sociais investem de sentido suas práticas e seus discursos. O prazer da pesquisa histórica estaria no esquadrinhamento da “tensão entre as capacidades inventivas dos indivíduos ou da comunidade e os constrangimentos, as normas, as convenções que limitam o que lhes é possível pensar, enunciar e fazer”.²⁰

Como um *sintoma historiográfico*²¹, constitui-se uma espécie de reação contra certas metodologias e eixos conceituais consagrados por produções da história social dimensionadas pelo paradigma de uma inteligibilidade global do social, e centrados na eficácia de uma abordagem macrossocial totalizadora. Nesses termos devemos entender esse movimento como uma mudança nas escalas de observação, ampliando o foco da objetiva, como numa máquina fotográfica, permitindo a produção de diferentes efeitos de conhecimento.

Enganam-se, portanto, aqueles que julgam que a eleição de um local, sob a perspectiva de uma história local, implica uma simplificação do número de variantes e aspectos da trama social. O local, alçado em categoria central de análise, pode vir a constituir uma nova densidade no quadro das interdependências entre agentes e fatores constitutivos de determinadas experiências históricas então eleitas pela lupa do historiador. Nessa nova pintura, cada aparente detalhe, insignificante para um olhar apressado ou na busca exclusiva dos grandes contornos, adquire valor e significado na rede de relações plurais de seus múltiplos elementos constitutivos.

Outro equívoco seria conceituar o local pela mera oposição com o nacional. “O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global”²². A história local não se opõe à história nacional, muito pelo contrário. Ao eleger o local como circunscrição de análise, como escala própria de observação, não abandonamos as margens, os constrangimentos e as normas, que, regra geral, ultrapassam o espaço local ou circunscrições reduzidas. A escrita da história local costura ambientes intelectuais, ações políticas, processos econômicos que envolvem comunidades regionais, nacionais e globais. Sendo assim o exercício historiográfico incide na descrição dos mecanismos de apropriação – adaptação, resposta e criação – às normas que ultrapassam as comunidades locais.

Enfim, consideramos a abordagem sob o recorte da história local um campo privilegiado de investigação para os diversos níveis em que se trançam e constituem as relações de poder entre indivíduos, grupos e instituições. Campo privilegiado para a análise dos imbricados processos de sedimentação das identidades sociais, em particular dos sentimentos de pertencimento e dos vínculos afetivos que agregam homens, mulheres e crianças na partilha de valores comuns, no gosto de se sentir ligado a um grupo.

Estudos de caso: Histórias de São Gonçalo

A linha de pesquisa História de São Gonçalo foi criada em 1996, a partir da proposta de elaboração de um Guia de Fontes para a História de São Gonçalo. Hoje somos quatro professores, dois pós-graduandos ex-alunos, e nove estudantes de graduação. Trabalhamos com vários temas e metodologias, incluindo os programas de história oral e pesquisa iconográfica. Nesse pouco espaço que me resta, gostaria de exemplificar o projeto de escrita de histórias locais a partir de dois temas que atualmente desenvolvemos.

1. *A preeminência do bairro de Neves nos anos 1920 a 1940*²³

Procuramos observar as políticas públicas de urbanização do Município de São Gonçalo, durante o período em questão. Constatamos uma maior intensidade de movimentos em relação a esse bairro, em detrimento de outros, inclusive da área sede do Município. Neves foi, à época, o bairro mais populoso e o que sofreu mais intervenções públicas no que diz respeito ao tratamento das vias públicas, à instalação de energia elétrica, aos transportes, à instalação de linhas telefônicas, à canalização de rede de águas e esgotos, à constituição de uma rede escolar.

Ao descrevermos essa situação, buscamos um amplo quadro de interdependências: a) a organização do poder público municipal, seus esforços de autonomização para a implementação dos serviços públicos; b) as negociações dos moradores e organizações do bairro em relação ao poder público; c) o processo de industrialização da região que tinha, no Bairro de Neves, um pólo industrial e de concentração operária; 4) as imagens e práticas do pensamento urbanístico, à época, comparando com as práticas de urbanização de Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro, e da própria cidade do Rio de Janeiro, capital federal.

Utilizamos como material documental os jornais locais, acervo da Prefeitura (atos, decretos, mensagens), fotografias que se encontram em livros ou em acervos privados, entrevistas com idosos, antigos moradores do bairro.

2. *A política gonçalense na democracia desenvolvimentista (1946-1964)*

O pós II Guerra Mundial, conforme já comentamos no primeiro item, foi um período de muitas esperanças em relação ao desenvolvimento econômico e suas repercussões sociais e culturais. Pretendemos, nessa pesquisa, circunscrever a sociedade gonçalense, dimensionando os processos de apropriação desse ambiente político e intelectual, que mobilizava grupos e indivíduos na capital federal.

Observamos uma intensa vida associativa e um imbricado jogo de relações entre associações diversas – partidos, sindicatos de trabalhadores e de empresários, centros de melhoramentos de bairros, organizações educacionais, esportivas e religiosas - e poder público (seja ele municipal ou estadual). Mantivemos os limites cronológicos que balizam as narrativas da “História do Brasil”, por estarem muito coladas às perspectivas do fazer democrático e, conseqüentemente, das possibilidades de vocalização dos desejos dos atores locais.

¹ Essa comunicação relaciona-se com as comunicações de Marcia de Almeida Gonçalves e Haydée Figueiredo, participantes do Projeto “História de São Gonçalo: memória e identidade”, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

² Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Mestre em História Social das Idéias (UFF) e Doutor em Ciência Política (IUPERJ). Coordenador da linha de pesquisa “História de São Gonçalo: memória e identidade”.

³ Cf. Marcia Gonçalves, Luís Reznik e Haydée Figueiredo. “Entre moscas e monstros: construindo escalas, refletindo sobre história local” In **Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino da História**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000, p.3.

⁴ Ver Selma Rinaldi de Mattos. **O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim**



Manuel de Macedo. Rio de Janeiro: Access, 2000.

⁵ Citado por Hermano Viana. **O mistério do samba.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Ed. UFRJ, 1995, p. 27. Gilberto é o autor de uma das obras mais célebres para se “entender o Brasil”: **Casa Grande e Senzala**, de 1933.

⁶ Alusão ao título do texto de Hermes Lima “O significado do nacionalismo”, publicado na revista **Cadernos de Nosso Tempo**, em 195. Ver Simon Schwartzman ; Caio Navarro Toledo ; Vanilda Paiva.

⁷ Ver Renato Ortiz. **A moderna tradição brasileira.** São Paulo: Brasiliense, .

⁸ Para dar alguns exemplos de consagradas obras da historiografia recente, cito apenas **A formação das almas**, de José Murilo de Carvalho, sobre as imagens de nação e república que estavam se construindo em fins do século XIX; **O tempo Saquarema**, de Ilmar Rohloff de Mattos, sobre a construção do Estado imperial; **A invenção do trabalhismo**, de Ângela Castro Gomes, que investiga a lógica simbólica da relação entre Vargas e os trabalhadores urbanos; **Ser escravo no Brasil**, de Kátia Mattoso, que pretende ser uma síntese das formas de vida, comportamentos e valores de escravos e senhores durante o Brasil escravista; **O Diabo na Terra de Santa Cruz**, de Laura de Melo e Souza, um estudo sobre a religiosidade popular no Brasil colonial, a partir de fontes inquisitoriais.

⁹ Ver Sandra Mara Silva de Lima. “Nos caminhos de Homero: entre memórias e Histórias. Um ensaio sobre a historiografia gonçalense” In Gonçalves, Reznik e Figueiredo. **Op. Cit.**, pp.

¹⁰ Parcela dessa produção tem fins didáticos; são elaboradas para serem utilizadas como instrumento de ensino na escola primária/fundamental.

¹¹ Luiz Palmier. **São Gonçalo - Cinquentenário: História, Geografia e Estatística.** Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1940, p. 238.

¹² Ernest Gellner. **Nations and nationalism.** Oxford: Blackwell, 1983, p. 6.

¹³ Stuart Hall. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 2ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, p. 12.

¹⁴ Ver, entre outros, Benedict Anderson. **Nações e nacionalismos**; Eric Hobsbawn. **Nações e nacionalismos pós 1780**; e Stuart Hall. **Op.cit.**

¹⁵ Citado em Stuart Hall. **Op.cit.**, p. 58.

¹⁶ Idem, pp. 12 e 13.

¹⁷ Ver o rico mapeamento sobre as atuais discussões nas ciências sociais acerca do status da localidade como construtora de sentidos para a existência, no livro de Alain Boudin. **A questão local.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001, especialmente capítulo 1: “o objeto local”, pp. 25 a 57.

¹⁸ Conceito imputado a historiadores italianos - Carlo Ginzburg e Giovanni Levi - fundadores da revista intitulada *Quaderne Storici*, e diretores da coleção *Microstorie*, publicada pela Editora Einaudi, na década de oitenta. Ver Jacques Revel. “Microanálise e construção do social”. In **Jogos de escalas. A experiência da microanálise.** Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988, pp.15 a 38; e Giovanni Levi. “Sobre a micro-história”. In Peter Burke(org). **A escrita da história. Novas perspectivas.** São Paulo, Editora da UNESP, 1992. pp. 133 a 161.

¹⁹ Giovanni Levi. **Op. Cit.**, p. 135.

²⁰ Roger Chartier. “A História hoje: dúvidas, desafios, propostas” In *Estudos Históricos*, vol 7, n. 13. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994, p. 106.

²¹ Revel. **Op. Cit.**

²² Idem, p. 28.

²³ Ver relatório de pesquisa de Fábio Nunes Machado. “A centralidade do bairro de Neves no processo de industrialização (anos 1920-1940)” In **1º Seminário Interno. História de São Gonçalo.** São Gonçalo: Laboratório de Pesquisa Histórica/FFP/UERJ, 2001. mimeo. 14 páginas.